

Lição 8

Se convém que um só ou vários dominem; e, se vários, se os melhores, ou os ricos, ou a multidão.

275. Há, porém, uma dúvida sobre o que deve ser o dominante da cidade: pois ou a multidão, ou os ricos, ou os equânimes, ou o melhor de todos os homens, ou o tirano.

276. Mas todas essas coisas parecem ter dificuldade. Pois, e se os pobres, porque são mais numerosos, saqueiam os bens dos ricos, isto não é injusto? Pois pareceria, por Júpiter, que o domínio se dá justamente. A injustiça, então, o que se deve chamar de extrema?

277. E, novamente, tomadas todas as coisas, se os mais numerosos saqueiam os bens dos poucos, é manifesto que corrompem a cidade. Mas, na verdade, a virtude não corromperá aquilo que a possui, nem o justo é corruptivo da cidade. Por isso é claro que também esta lei não é possível ser justa.

278. Além disso, também quaisquer ações que o tirano praticou é necessário serem justas. Pois faz violência sendo o mais poderoso, assim como também a multidão aos ricos.

279. Então, será justo que os menos numerosos e os ricos dominem? Se, pois, também aqueles fizerem isto, e saquearem, e tirarem as posses da multidão, isto é justo? Então o outro também. Portanto, que todas essas coisas sejam más e não virtuosas, é manifesto.

280. Mas os equânimes é que devem dominar e ser senhores de tudo: então é necessário que todos os outros sejam privados de honra, os que não são honrados com os principados políticos; e, dominando sempre os mesmos, é necessário que os outros sejam privados de honra.

281. Mas que domine um só, o mais virtuoso, é melhor. Mas ainda isto é mais oligárquico. Pois os privados de honra são mais numerosos.

282. Mas talvez alguém dirá que é totalmente dominante o homem que tem paixões acidentais em torno da alma, mas não a lei má.

283. Se, pois, houver de fato a lei, mas oligarquia ou democracia, em que diferiria quanto às coisas duvidadas? Pois acontecerá de modo semelhante o que se disse antes.

284. Sobre as outras coisas, na verdade, haja alguma outra razão. Mas que deva ser dominante mais a multidão do que os melhores, sendo estes poucos, parecerá poder-se resolver e ter alguma dúvida, mas talvez também a verdade.

285. Pois muitos, dos quais cada um não é homem virtuoso, contudo acontece, quando se reúnem, serem melhores do que aqueles, não como cada um em separado, mas como todos juntos; assim como carregar um jantar, com aquelas coisas que são fornecidas de uma só despesa. Pois, sendo

muitos, cada um tem uma parte da virtude e da prudência, e dos que se congregam faz-se como que um só homem uma multidão de muitos pés e de muitas mãos e que tem muitos sentidos, assim também quanto ao que diz respeito aos costumes e ao intelecto; por causa do que os muitos são também melhores, tanto nas obras da música como nas dos poetas. Pois uns têm uma partícula, outros outra, mas todos têm todas.

286. Mas nisto diferem os virtuosos dos homens em relação a cada um dos muitos, assim como dizem que os bons diferem dos não bons, e as coisas pintadas pela arte das verdadeiras, por estarem reunidas em um só as coisas dispersas separadamente, pois, na verdade, tomado separadamente, é mais belo ter o olho pintado do que o verdadeiro, mas em outro ponto outra partícula.

287. Se, pois, quanto a todo o povo e quanto a toda a multidão, sucede haver esta diferença dos muitos em relação aos poucos virtuosos, isto é obscuro. Mas talvez, por Júpiter, seja claro que a respeito de alguns é impossível, pois a mesma razão convirá também nas bestas; e, na verdade, em que diferem alguns das bestas? Como é consequente dizer. Mas, a respeito de alguma multidão, nada impede que o que se disse seja verdadeiro.

Depois que o Filósofo distinguiu as políticas segundo a distinção dos principados, e declarou em vista de que a cidade foi instituída, nesta parte investiga quem deve ser o que domina na cidade. E, porque o principado deve ser distribuído segundo o excesso de algum bem, investiga segundo o excesso de que ele deve ser distribuído. E segundo isto esta parte divide-se em duas partes.

Na primeira investiga quem deve ser o que domina na cidade.

Na segunda investiga segundo o excesso de que ele deve ser distribuído, ali, **mas, uma vez que** etc.

A primeira em duas.

Na primeira levanta a dúvida, tocando como que a solução.

Na segunda argumenta contra a solução, ali, **mas essas coisas** etc.

Na primeira diz que, depois de se ter determinado segundo o que as políticas devem ser distinguidas conforme a distinção dos principados, segue-se a dúvida, a saber, quem deve ser o que domina na cidade. Ora, sendo preciso que alguém seja o dominante: ou dominará a multidão, como na política que é o estado popular; ou os ricos, como no estado dos poucos; ou os virtuosos, como no estado dos melhores; ou um só, o melhor, como no reino; ou um só, o pior, como na tirania.

Em seguida, quando diz **mas todas essas coisas**, argumenta contra cada uma delas, e ao menos contra várias. E divide-se em duas partes.

Na primeira faz o que se disse.

Na segunda investiga especialmente se convém mais que domine a multidão ou os poucos virtuosos, ali, **sobre estas coisas** etc.

A primeira ainda em duas.

Primeiro argumenta que não convém que domine a multidão, nem os ricos.

Segundo, que nem um só virtuoso, ali, **mas um só** etc.

Ainda a primeira em duas.

Primeiro mostra que não convém que a multidão domine.

Segundo, que nem os poucos ricos, ali, **então, será que os menos numerosos** etc.

A primeira em três, conforme prova por três razões que não convém que a multidão domine.

A segunda, ali, **e novamente** etc.

A terceira, ali, **além disso, também as ações** etc.

Na primeira diz que todas essas coisas parecem ter dificuldade. Pois, se se disser que convém que domine a multidão dos pobres, uma vez que tal multidão tem poder mesmo sem virtude, seguir-se-á assim que saquearão os bens dos ricos por causa da indigência e do poder. Mas por acaso isto não é injusto? Como se dissesse: sim. Pois, segundo a virtude, a cidade deve ter um domínio justo. Por isso é manifesto que esta injustiça é extrema, isto é, péssima.

Em seguida, quando diz **e novamente, tomadas todas**, põe a segunda razão. E diz que, se se disser que convém que domine a multidão, seguir-se-á, como antes, que saquearão os bens dos ricos e dos poucos, isto é, dos virtuosos. Mas isto é destruir a cidade. Ora, a virtude não destrói aquilo de que é, aquilo que a possui, nem o que é justo corrompe a cidade; por isso é manifesto que aquela lei que ordena que a multidão domine não é justa; não convém, portanto, que a multidão domine.

Em seguida, quando diz **além disso, também**, põe a terceira razão. E diz que todas as operações que o tirano faz, enquanto é tirano, são injustas, porque o tirano, por seu poder, faz violência e toma os bens dos súditos; ora, tal operação é injusta. Mas, onde a multidão domina, faz violência aos ricos à maneira do tirano, saqueando os bens deles; e por isso é manifesto que a multidão é como o tirano; por isso as operações da multidão são injustas, logo não convém que a multidão domine.

Em seguida, quando diz **então, será que**, mostra que não é justo que dominem os poucos ricos. E divide-se em duas partes.

Na primeira mostra que não convém que os poucos ricos dominem.

Na segunda, que nem os virtuosos, quer poucos quer vários, ali, **mas os equânimes** etc.

Na primeira diz, como que interrogando: por acaso é justo que os poucos ricos dominem na cidade? Como se dissesse: não é justo que os menos numerosos dominem, porque por seu poder saquearão os bens e as posses dos pobres; assim como, ao contrário, se a multidão dominasse; e assim seria justo que os ricos saqueassem os bens da multidão e, ao contrário, seria justo que a multidão saqueasse os bens dos ricos. Mas isto é injusto, como se viu; por isso é manifesto que é mau e injusto e não virtuoso que os poucos ricos dominem.

Em seguida, quando diz **mas os equânimes**, mostra que não é justo que dominem os virtuosos, quer vários, quer poucos. Pois alguém diria que é verdade que não convém que dominem nem os poucos ricos, nem a multidão; mas que bem convém e é justo que os virtuosos dominem e sejam senhores entre todos. Mas isto parece ser falso; porque, se só os virtuosos governassem, todos os outros ficariam privados de honra, porque não alcançam a honra do principado, pois os principados são honras. Com efeito, são o prêmio da virtude, e isto é a honra, como se diz no primeiro e no quarto livro da *Ética*. Logo, quem não alcança o principado não alcança a honra. Portanto, dominando os virtuosos, os outros permanecem privados de honra; mas isto é inconveniente. Pois isto é causa de dissensão; com efeito, todos apetecem a honra naturalmente, e por isso apetecem ser honrados pelos bons e sábios, que poderiam julgar melhor e mais retamente. Se, pois, se lhes tira a honra, segue-se a dissensão e muitos males na cidade; por isso não é justo que os virtuosos dominem.

Em seguida, quando diz **mas um só**, mostra que não é justo que domine um só virtuoso. E divide-se em duas partes.

Na primeira faz o que se disse.

Na segunda, porque alguém poderia dizer que não convém que um homem governe, mas mediante a lei mostra o contrário, ali: **mas talvez alguém dirá** etc.

Na primeira diz que não convém que um só, muito virtuoso, governe; porque, se um só, muito virtuoso, dominasse, muitos ficariam privados da honra do principado: mas isto é inconveniente. Pois disto seguem dissensões na cidade e perturbações, como foi dito. Além disso, a governança parecerá pior do que o estado de poucos, porque no principado de poucos há muitos aos quais se distribui o poder, mas naquele a um só. Ora, isto parece ser pior, porque, quanto mais dividido está o mal, tanto menos existe e mais tolerável é: por isso é manifesto que não convém que um só, virtuoso, domine.

Depois, quando diz **mas talvez, porque alguém diria** que a lei deve dominar, não o homem, argumenta contra isto.

E primeiro apresenta a razão pela qual parece que a lei deve dominar.

Em segundo lugar argumenta em contrário, ali: **se, portanto** etc.

Na primeira diz que é perverso e injusto que o homem governe e não a lei, porque o homem tem paixões a ele unidas. Ora, as paixões desviam a vontade e fazem afastar-se do reto fim, e por conseguinte pervertem o juízo da razão. A lei, porém, não tem paixão alguma: por isso, mediante a lei não acontece afastar-se do reto juízo da razão. Sendo, portanto, melhor e mais justo que

governe aquele que não pode afastar-se do reto fim do que aquele que pode, e podendo o homem afastar-se do reto fim, mas a lei não; é manifesto que é justo que a lei domine, não o homem.

Depois, quando diz **se, portanto**, argumenta em contrário; e diz que não parece ser verdadeiro que seja justo que a lei domine universalmente; porque acontece que há leis pertencentes ao poder de poucos ou de muitos; e tais leis foram dadas e ordenadas em vista do fim daqueles. Ora, nelas não se supõe um reto fim absolutamente, como foi dito antes: logo, tampouco essas leis são justas absolutamente. Por isso é manifesto que não faz diferença o que se diga, seja que a lei, seja que qualquer outra coisa dentre as demais domine; porque sempre resulta o mesmo inconveniente, como antes foi mostrado a respeito de tudo.

Depois, quando diz **omitidas as outras coisas**, desce especialmente a investigar se convém mais que a multidão domine, ou que poucos virtuosos dominem. E divide-se em duas partes. Na primeira, premente que, omitidas as outras coisas, sobre as quais não se argumentou, porque é outra a razão (é, com efeito, manifesto que não convém que um só, o pior, domine, porque isto é manifesto por si mesmo), outra a razão a respeito disto e das demais, porque a respeito das demais há dúvida, mas a respeito disto não; por isso o filósofo não argumenta acerca disto. Mas deve-se investigar se convém mais que a multidão domine do que os virtuosos, contudo poucos. Isto, com efeito, parece ter dúvida e solução pela qual se resolve a razão que antes se aduzia em sentido oposto; e parece ser mais verdadeiro e conveniente que a multidão deva governar do que poucos virtuosos.

Depois, quando diz **pois muitos**, prossegue;

e primeiro mostra que convém mais que a multidão domine do que poucos virtuosos.

Em segundo lugar resolve a dúvida, e uma outra a ela anexada, ali: **por isso** etc.

A primeira em duas.

Primeiro declara uma proposição.

Em segundo lugar argumenta a partir dela, ali: **se, portanto** etc.

Ainda a primeira em duas.

Primeiro manifesta aquela proposição.

Em segundo lugar apresenta a diferença entre certas coisas de que se fizera menção, ali: **pois muitos** etc.

Na primeira diz que, se houver muitos que não são virtuosos absolutamente, quando convierem em algo uno, farão algo bom, não de tal modo que cada um faça algo bom por si, e algo melhor, mas todos juntos façam algo uno de bom, e são algo melhor do que qualquer um tomado separadamente. E declarou isto por meio de uma semelhança; e diz que, assim como aqueles que fazem uma ceia às expensas comuns e cada um traz um pouco, mas o que é reunido de tudo o que foi trazido é de grande quantidade, assim é no caso proposto: se houver muitos e cada um tiver

algo de virtude e de prudência, quando convierem em um, farão algo uno, grande e virtuoso. Pois naquilo em que um é deficiente, acontece que outro abunda; de modo que, se um não se inclina à fortaleza, outro se inclinará; e se outro não se inclina à temperança, outro se inclinará: e onde um não puder prever bem, outro poderá: e assim, quando convierem, farão como que um só homem virtuoso e perfeito: homem, digo, tendo multidão de sentidos, pelos quais possa discernir, e multidão de mãos e de pés, pelos quais possa mover-se à operação e operar. Do mesmo modo também se comporta quanto aos costumes e quanto ao intelecto. Pois de todos, quando convierem, resultará como que um só homem perfeito segundo o intelecto, quanto às virtudes intelectuais, e segundo o apetite, quanto às morais. E aduz outra semelhança, dizendo que, por serem muitos algo melhor quando unidos juntos do que qualquer um deles, acontece que as obras musicais e as obras dos poetas são mais bem feitas e levadas à perfeição por muitos do que por um só. Pois foi assim que foram inventadas as artes e as ciências; porque primeiro um inventou algo e o transmitiu, e talvez de modo desordenado: outro, depois disto, o recebeu e acrescentou e transmitiu o todo, e de modo mais ordenado; e assim por diante, até que perfeitamente as artes e as ciências foram inventadas: e é manifesto que alguns inventaram algumas coisas, mas todos juntos, todas: e é manifesto que é maior e mais perfeito aquilo que todos inventaram do que aquilo que cada um por si.

Depois, quando diz ***mas nisto diferem***, apresenta a diferença entre um só homem bom absolutamente e qualquer daqueles dos quais, quando convierem em um, se fez algo bom. E diz que os homens bons, ou virtuosos, diferem de qualquer daqueles muitos dos quais, quando convierem em algo uno, se faz algo virtuoso, assim como o bom difere do não bom; pois os homens virtuosos são bons absolutamente; mas qualquer destes, tomado por si, não é bom, porque não é virtuoso perfeitamente. Além disso, os homens bons diferem destes, tomados separadamente, assim como as coisas pintadas pela arte diferem das verdadeiras. A respeito disto, entendo que o pintor, querendo pintar algo pela arte, como a imagem de um homem, considera a boa disposição dos olhos neste, deixando de lado as más disposições dos outros membros; do mesmo modo considera a boa disposição da mão em outro, deixando de lado as más disposições dos outros membros; e assim considera as melhores disposições dos outros membros em diversos, e deixa de lado as feias: então, reunidas todas estas, faz uma imagem mais bela do que é qualquer daqueles dos quais tomou algo. E é manifesto que qualquer daqueles dos quais tomou algo tem algo de beleza, mas não absolutamente; ora, aquilo que foi tomado a partir destes é belo absolutamente. Assim, do mesmo modo, no caso proposto: qualquer destes muitos tem algo de virtude, mas não é virtuoso absolutamente; ora, aquilo que absolutamente foi reunido a partir deles é virtuoso absolutamente. E isto é o que se pretende quando diz *com arte*, pelo fato de que aquelas coisas verdadeiras, tomadas absolutamente, foram reunidas em um só, e aquela imagem, que se compõe simultaneamente de partes bem dispostas existentes em diversos, é mais bela do que cada uma daquelas, numa das quais se encontra um belo olho, mas em outra uma bela mão: pois convém bem encontrar, à parte, um só que tem o olho mais belo do que o pintado, embora nas demais coisas seja deficiente; do mesmo modo alguém que tem a mão mais bela do que a pintada, embora nas demais coisas seja deficiente; do mesmo modo nas outras partes. Do mesmo modo no caso proposto, o homem bom difere de cada um daqueles que foram mencionados; porque tem conjuntamente todas as boas disposições segundo a alma, ao passo que, num só suposto, cada um daqueles tem uma só, na qual talvez poderá exceder o virtuoso, mas absolutamente é excedido por ele.

Depois, quando diz **se, portanto**, a partir daquela proposição declarada argumenta, dizendo que não é manifesto se tal diferença acontece a respeito da multidão e a respeito do povo inteiro em relação a poucos virtuosos, isto é, se toda a multidão é melhor do que aqueles poucos virtuosos. Contudo, segundo a virtude, em alguns é impossível: pois há uma certa multidão bestial, cujos homens se inclinam a atos bestiais, e têm pouco de razão. E em tal multidão não é verdadeiro que daqueles homens possa fazer-se algo virtuoso, se convierem em um. Outra é a multidão na qual cada um tem algo de virtude e de prudência, e se inclinam ao ato de virtude: e em tal é verdadeiro que aquilo que se faz a partir destes, quando convêm em um, é algo virtuoso. E isto é o que diz o filósofo, que em alguma multidão não é verdadeiro que aquela multidão faça algo virtuoso, mas em alguma multidão pode ter verdade. A partir disto pode formar-se assim a razão. É melhor que governe aquilo que é melhor e mais bom; ora, acontece que alguma multidão é melhor e mais bom do que poucos virtuosos, como foi provado, logo etc.

Revision #1

Created 11 October 2026 19:15:36 by Admin

Updated 11 October 2026 19:15:36 by Admin